



IMPACTOS DO *IMPAIRMENT TEST* NOS INDICADORES DE DESEMPENHO DAS 50 MAIORES COMPANHIAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Josimar Pires da Silva

Universidade de Brasília (UnB)
josimarctb@gmail.com

Tiago José Gonzaga Borges

Universidade de Brasília (UnB)
tiagoborges32@gmail.com

David Victor Rocha do Nascimento

Universidade de Brasília (UnB)
davidvictorrocha@gmail.com

RESUMO

Este artigo possui como objetivo evidenciar os impactos gerados pelo reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável de ativos, conforme elencado no CPC 01 (R1), nas variáveis contábeis e indicadores de desempenho das 50 maiores companhias – por faturamento – que possuem ações listadas na BM&FBOVESPA. Foram analisadas as demonstrações de resultado e notas explicativas referentes aos anos de 2010, 2011 e 2012. Observou-se que apenas 19 das 50 empresas reconheceram perdas por redução ao valor recuperável em ao menos um dos três períodos. As empresas pertencem a 7 setores, a saber: Petróleo, Materiais básicos, Consumo não cíclico, Construção e transporte, Telecomunicações, Utilidade pública e Consumo cíclico. Adicionalmente, foram verificadas as variações provocadas no Ativo Total, Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e nos indicadores de desempenho – Endividamento Geral, Margem EBIT e Margem Líquida. Os maiores efeitos em termos percentuais do *Impairment test* foram constatados sobre o Lucro Líquido e Patrimônio Líquido, corroborando, assim, os resultados esperados. Ademais, cumpre-se salientar que a pesquisa apresentou indicativos – ao considerar que 38% das empresas pesquisadas utilizaram o referido teste – de que houve um avanço na contabilidade brasileira com respeito à representação dos valores de venda dos ativos, ou seja, trouxe, em princípio, uma melhora na perspectiva de qualidade informacional para os usuários. Todavia, a subjetividade envolvida no processo, tanto em relação ao valor justo, bem como em relação ao valor em uso, pode abrir espaço para gerenciar resultados. Com efeito, estudos posteriores poderiam verificar esta hipótese com intuito de promover um contraste com os resultados ora abordados.

Palavras-chave: *Impairment test*, Informações Contábeis, Indicadores de Desempenho, Valor Recuperável.

1. INTRODUÇÃO

O processo de convergência às normas contábeis internacionais promoveu expressivas alterações das políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil quanto à mensuração, reconhecimento e evidenciação dos elementos das demonstrações contábeis.



Esse processo foi alavancado pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, decorrente do Projeto de Lei nº 3.741/00. Nesse intermédio, entre a apresentação do projeto de lei e criação da lei supra citada, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC como resultado da união e esforços da Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC NACIONAL), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA S.A.), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Após a aprovação da Lei nº 11.638/07, o CPC emitiu 46 pronunciamentos contábeis, titulados CPCs, apoiado nas normas internacionais, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Essas normas originam-se de traduções das *International Financial Reporting Standard* (IFRS) e das *International Accounting Standard* (IAS), transpostas à singularidade e às características das empresas brasileiras.

O primeiro desses pronunciamentos emitidos foi CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (posteriormente sofrendo leves modificações, CPC 01 (R1)) no qual tem a premissa básica de que nenhum ativo deve figurar nas demonstrações contábeis por valores superiores ao seu valor recuperável.

As premissas oriundas deste pronunciamento e dos demais, conduzem certo grau de subjetividade, como resultado da mudança de uma contabilidade baseada no modelo *Code law*, aproximar-se do modelo *Common law*, onde o julgamento profissional deve ser exercido, possibilitando maneiras diferentes para mensuração, reconhecimento e evidenciação de determinados elementos, de forma que produza maior qualidade da informação que se propõe a representar.

Nesse contexto, os gestores e profissionais da área contábil (em conjunto com laudos técnicos de demais profissionais afins), devem avaliar se os ativos estão registrados por valores superiores ao valor contábil e caso estejam, devem reconhecer a perda por *Impairment*.

Alicerçado nessa conjectura, idealizou-se a contígua indagação de pesquisa: Qual a influência do *Impairment test* nas variáveis, Ativo, Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e nos indicadores, Endividamento Geral, Margem EBIT e Margem Líquida nas 50 maiores companhias brasileiras de capital aberto, por faturamento, listadas na BM&FBOVESPA? Logo, objetiva-se com esta pesquisa, evidenciar os impactos gerados pelo reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável de ativos nas variáveis contábeis e indicadores de desempenho das 50 maiores companhias por faturamento, que possuem ações listadas na BM&FBOVESPA.

Salienta-se a magnitude deste trabalho em consequência da subjetividade envolvida no processo de mensuração dos ativos relacionados ao *Impairment test*. Esse teste, quando usado indevidamente, ou quando não utilizado aonde deveria, provoca efeitos nas demonstrações contábeis, acarretando perda da qualidade da informação, sobretudo no que concerne a um dos aspectos da representação fidedigna – neutralidade – o que pode interferir nas decisões dos usuários.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Redução ao valor recuperável de ativos



O reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos tem sido uma questão global desde meados da década de 1990. O *Impairment test* nasceu nos Estados Unidos, porque a confiabilidade dos relatórios financeiros se deteriorou devido à desvalorização discricionária de ativos fixos e ao gerenciamento de resultados por parte dos administradores. Esta desvalorização discricionária de ativos fixos afetou o resultado, influenciando seriamente as decisões dos investidores. Consequentemente, o *Impairment test* foi introduzido para promover normas contábeis e processuais para coibir imprudências de contabilidade dos administradores (YAMAMOTO, 2008).

O *Financial Accounting Standard Board* (FASB) divulgou o *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) n. 121, *Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets to Be Disposed*, nos Estados Unidos, em 1995. Em seguida, em 1998, o *International Accounting Standards Committee* (IASC) também emitiu a *International Accounting Standards* (IAS) n. 36, *Impairment of Assets* (YAMAMOTO, 2008).

Com o advento do processo de convergência no Brasil, foi emitido o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pelo CPC em 14/07/07, atualizado posteriormente em 06/08/2010 (CPC 01 (R1)) tendo como objetivo básico verificar a possível redução do valor recuperável dos ativos.

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1) (2011), emitida pelo CPC, um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. O benefício econômico futuro incorporado a um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade.

A mensuração e o reconhecimento de ativos estão intimamente relacionados à capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. Dessa forma, o CPC 01 (R1) estabelece que a entidade deva assegurar-se de que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Segundo Stickney & Weil (2002), quando as expectativas de retorno de ativos foram diminuídas substancialmente em decorrência de situações adversas, tais ativos não devem permanecer evidenciados no Balanço Patrimonial da companhia pelo seu custo de aquisição depreciado, uma vez que não existe mais a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros esperados quando da sua aquisição.

If the asset's value declines, the asset has suffered economic impairment. If its value in place (the net present value of remaining cash flows) falls below its abandonment value (the amount that could be obtained through sale or other disposal), the asset should be abandoned and an *Impairment* realized. If an asset is disposed of for less than book value, a realized loss will be recognized. If the asset's value in place declines but remains greater than its abandonment value, the asset should be retained. This type of impairment is unrealized because there is no disposal. As long as an asset's value in place remains above book value, no loss is recognized. However, if the asset's value under such circumstances declines so it is worth less than book value, a loss may be recognized, even though there is no disposal (SMITH, 1994).

Para Magalhães, Santos & Costa (2010), Iudícibus, Martins, Gelbcke & Santos (2010), Santos, Machado & Schmidt (2003), CPC 01 (R1) (2011) e IAS 36, o Valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa – UGC, (montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço



depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas) não deve exceder ao Valor recuperável (maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, isto é, o valor presente de fluxos de caixa descontado), conforme Figura 1.

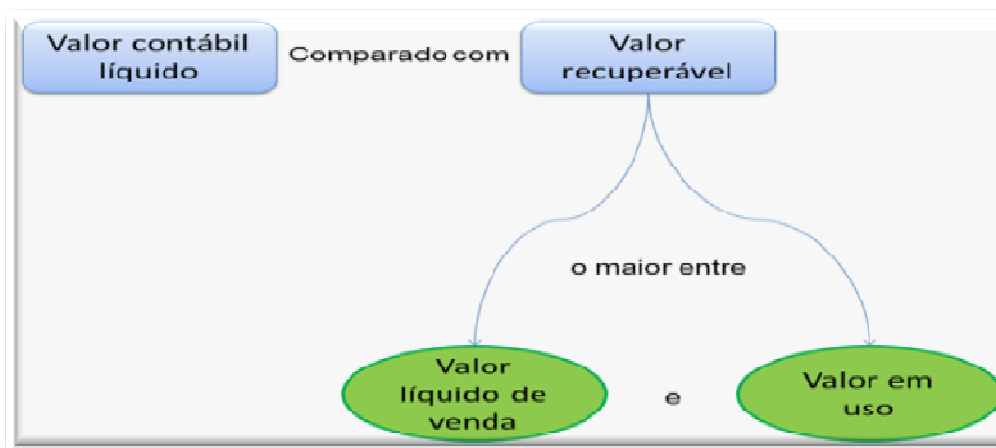


Figura 1: Comparativo *Impairment test*.

Fonte: Adaptado de Magalhães, Santos & Costa (2010)

2.2 Unidade Geradora de Caixa – UGC e Ativos Corporativos

O valor em uso, de alguns ativos, não pode ser determinado isoladamente, quando ele não produz fluxos de caixa isolado de outros ativos. Assim, é preciso determinar os fluxos de caixa de um conjunto de ativos, titulados de Unidade Geradora de Caixa (UGC). “Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos” (CPC 01 (R1)).

Alguns ativos além de não gerarem fluxos de caixa isoladamente, isto é, de forma direta, contribuem para a geração de fluxos de caixa de diversos ativos ou de diversas UGCs. Esses ativos são denominados de ativos corporativos. Ativos corporativos são ativos, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa (CPC 01 (R1)).

2.3 Periodicidade do teste

O CPC 01 (R1) (2011) e IAS 36 requer que sempre que houver alguma evidência de perda de substância econômica do valor recuperável de ativo ou UGC, deverá ser realizado o teste de recuperabilidade de ativos para tal ativo ou UGC.

No entanto esse procedimento não se estende a todos os ativos ou UGC. Os seguintes ativos e classe de ativos deverão ser testados pelo menos anualmente:

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida;
- Ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso;



c) Ágio gerado através de uma combinação de negócios, cujo fundamento econômico seja a expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (MAGALHÃES; SANTOS; COSTA, 2010).

Segundo Niyama, Rodrigues & Ono (2010), o reconhecimento de uma desvalorização apurada em um ativo individual ou UGC é efetuado mediante a constituição de uma provisão retificadora em contrapartida ao resultado do período ou à respectiva reserva de reavaliação. “A entidade reduz o ativo a esse valor recuperável por meio da conta credora ‘perdas estimadas por redução ao valor recuperável’, de forma semelhante à depreciação acumulada (...)” (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE & SANTOS, 2010).

Adicionalmente, a IAS 36 e o CPC 01 (R1) aludem que ao se reconhecer uma perda por desvalorização ou em caso de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização o método de depreciação, amortização ou exaustão, a vida útil remanescente e o valor residual necessitam ser revisados e ajustados.

Conforme os referidos pronunciamentos, em caso de reconhecimento de perda, ela poderá ser revertida em período futuro, até, no máximo ao valor contábil no qual nenhuma perda tivesse sido reconhecida. Quanto ao *Goodwill*, nenhuma perda poderá ser revertida.

2.4 Evidencias Empíricas

Diversas pesquisas foram realizadas no âmbito internacional, evidenciando o impacto da adoção das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Entre elas destacam-se aquelas relacionadas à qualidade da informação contábil e ao gerenciamento de resultados (ASHBAUGH; PINCUS, 2001; YOON, 2007; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; CHRISTENSEN; LEE; WALKER, 2008; PAANANEN; LIN, 2009; CHEN et al., 2010; IATRIDIS, 2010; CHEN; WANG; ZHAO; 2009; LIMA, 2009). Alguns estudos indicaram que a adoção das normas internacionais, emitidas pelo IASB trouxeram melhoria na qualidade da informação contábil (ASHBAUGH; PINCUS, 2001; YOON, 2007; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; CHRISTENSEN; LEE; WALKER, 2008; PAANANEN; LIN, 2009; CHEN et al., 2010; IATRIDIS, 2010). Uma possível explicação para esses resultados é a qualidade superior do padrão do IASB em relação ao conjunto de normas locais de diversos países, ao tratar de diversas situações não contempladas nas normas locais (KLANN, BEUREN, 2010). Outros evidenciaram que a adoção das IFRS resultou em aumento do gerenciamento de resultados (JEANJEAN; STOLOWY, 2008; ELBANNAN, 2010; KLANN, BEUREN, 2010). A explicação seria que normas contábeis mais flexíveis, baseadas em princípios, dariam mais liberdade de escolha para os gestores.

A pesquisa realizada por Chen, Wang & Zhao (2009) teve por objetivo examinar o gerenciamento de resultados através de reversões de *Impairment* de ativos induzida por incentivos regulatórios no mercado de ações da China. Com base em uma amostra de 2.370 casos de reversão ocorridos entre 2003 e 2006 os autores verificaram as seguintes constatações: 1) as empresas da amostra são motivadas por incentivos regulatórios para reverter prejuízos nos ativos para reduzir ou evitar a possibilidade de suspensão de negociação de suas ações; 2) verificou-se evidências de que a *value relevance* da informação de inversão do *Impairment* parece ser negativamente afetados pelo gerenciamento de resultados; 3) os mecanismos de monitoramento interno e externo desempenham um papel na limitação deste tipo de gerenciamento de resultados. Os autores concluíram que enquanto a intenção de realizar a reversão de *Impairment* é um ato discricionário dos gestores a fim de revelar informações de recuperação de valor privado, os



resultados encontrados no trabalho sugerem que um padrão contábil aparentemente melhor não leva necessariamente à divulgação nos relatórios financeiros.

O estudo realizado por Ponte, Luca, Sousa e Cavalcante (2012) teve como objetivo principal a investigação das práticas de divulgação relativas ao teste de redução ao valor recuperável de ativos, no exercício de 2008, adotadas pelas companhias abertas listadas na BM&FBovespa. Para possibilitar melhor comparação das práticas adotadas, foram excluídas as empresas do setor financeiro e afins, devido às particularidades desse setor e às normas específicas emitidas pelo Banco Central para a categoria. A amostra foi composta por 337 empresas não-financeiras, sendo 209 do mercado tradicional, 26 do Nível 1, 14 do Nível 2 e 88 do Novo Mercado. Os resultados evidenciaram que as empresas pesquisadas não adotaram integralmente as práticas de divulgação das informações do *Impairment test*, conforme as orientações do CPC 01. Todavia, destaca-se que mesmo não reconhecendo perdas por desvalorização dos ativos ou reversão de perdas, 199 empresas apresentaram, voluntariamente, informações sobre a realização do *Impairment test*, dado que nesta situação não estavam obrigadas.

A pesquisa executada por Lustosa, Rodrigues, Gonçalves e Vieira (2010) objetivou realizar uma análise comparativa entre dois métodos de avaliação de empresas: o fluxo de caixa descontado e de *Residual Income Valuation*, durante a realização do *Impairment test*. O estudo de caso utiliza o banco de dados elaborado por uma empresa de telecomunicações relativo a sua subsidiária no setor de Internet com a finalidade de avaliação do *Impairment test*. Os achados da averiguação evidenciaram em primeiro lugar que o valor econômico de uma empresa é sensível à utilização de uma taxa de crescimento único para calcular a perenidade, considerando-se que qualquer alteração na taxa irá alterar a decisão baseada no teste e segundo, que a instalação de uma taxa de desconto como um parâmetro de avaliação de uma empresa é um ponto fundamental para a decisão de *write-off* resultante de um teste de imparidade.

A exploração efetivada por Domingues (2009) teve como objetivo identificar o impacto das variações no preço do petróleo e no volume de reservas provadas sobre a perda do valor recuperável atribuída aos ativos de E&P de empresas petrolíferas listadas na NYSE, durante o período que correspondeu aos relatórios contábeis de 2003 a 2008. Quanto a análise das normas que orientam o teste de *Impairment*, foi constatado que apesar das consideráveis semelhanças, as diferenças observadas podem distorcer o real objetivo do instrumento, que é o de garantir que os registros contábeis retratem o valor mais acurado possível dos benefícios econômicos futuros que os ativos podem gerar a entidade. No que tange a análise de como as variáveis selecionadas se relacionam e influenciam as Perdas com *Impairment* de E&P, observou-se a relação inversa dessa variável com os valores de descobertas.

A pesquisa de Zhang, Lu e Ye (2010) examina relatórios das despesas de imparidade de ativos das empresas chinesas, antes e após o anúncio de um novo padrão de contabilidade que proíbe a reversão das imparidades, dentro de um cenário relativamente único. Eles evidenciaram que as empresas listadas em bolsas de valores chinesas reconheceram menos imparidades durante os períodos: transição; pós nova norma; e antes da data do pré-anúncio, do que no período do pré-anúncio. Enquanto isso, as empresas com significativas baixas contábeis anteriores, reverteram mais imparidades para alcançar as suas metas de lucros no período de transição.

3. METODOLOGIA

3.1 Critérios de Pesquisa



Esta pesquisa utiliza-se dos seguintes critérios: Exploratória, Descritiva, Bibliográfica, Documental e Quantitativa. No que tange ao procedimento documental, foram analisadas as demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstração do resultado) e notas explicativas das 50 maiores empresas por faturamento, listadas na BM&FBOVESPA.

3.2 Definição da Amostra

A amostra foi selecionada entre as companhias listadas na BM&FBOVESPA que publicaram demonstrativos contábeis entre os períodos de 2010 a 2012. A partir desse grupo de empresas, foram extraídas aquelas que possuíam maior faturamento, conforme anuário da revista Exame Melhores e Maiores. A seleção se deu analisando o *ranking* apresentado pela supradita revista. Na ocorrência de empresas que figuravam no *ranking*, mas não listadas na BM&FBOVESPA, dirigia-se para a empresa subsequente, de modo que foram consideradas apenas as empresas incluídas no *ranking* e que estavam listadas na BM&FBOVESPA.

Foram selecionadas as 50 maiores empresas por faturamento e analisadas as demonstrações do resultado e notas explicativas referentes ao períodos 2010, 2011 e 2012 de cada uma, com a intenção de investigar a ocorrência do reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável em pelo menos um dos períodos.

As demonstrações contábeis (balanço patrimonial e demonstração do resultado) e notas explicativas foram coletadas por meio e demonstrações financeiras enviadas à BM&FBOVESPA, via Sistema de Divulgação Externa (EmpresasNet).

Constatou-se que 19 das 50 empresas reconheceram perdas por redução ao valor recuperável em ao menos um dos três períodos e verificou-se que tais empresas pertenciam a 7 setores: Petróleo, Materiais básicos, Consumo não cíclico, Construção e transporte, Telecomunicações, Utilidade pública e Consumo cíclico, conforme Figura 2.

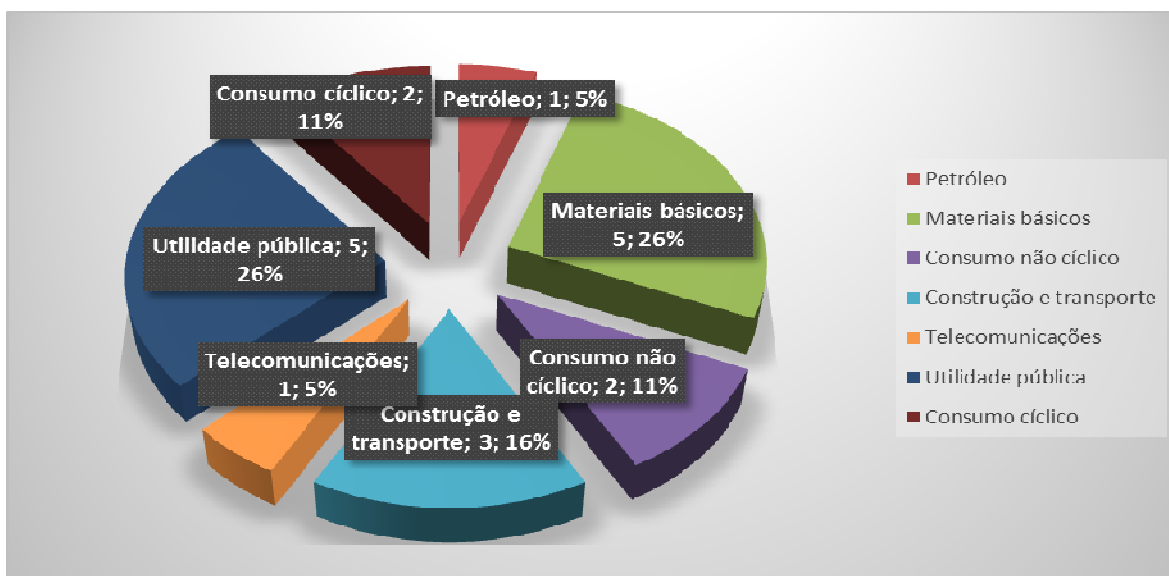


Figura 2 – Distribuição da companhias por setor de atuação.

A partir da obtenção dessa amostra foram realizados ajustes no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício com o intuito de obter demonstrações que não possuísem o efeito do reconhecimento da perda por *Impairment*.



Foram coletadas as informações contábeis do Ativo Total, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido e calculou-se ainda os seguintes indicadores de desempenho: Endividamento Geral; Margem EBIT e Margem Líquida, com base nas demonstrações contábeis divulgadas. Ajustou-se os valores nas demonstrações contábeis com o objetivo de retirar o efeito da perda por *Impairment*, compara-las e avaliar as variações.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são veiculados os achados da pesquisa consoante à evidenciação dos impactos gerados pelo reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável de ativos nas variáveis contábeis e indicadores de desempenho das 50 maiores companhias por faturamento, que possuem ações listadas na BM&FBOVESPA. Os dados obtidos foram reorganizados em tabelas referentes aos três períodos analisados.

O reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável afetou consideravelmente o ativo de parte das empresas analisadas. O destaque se deu na variação do ativo total das companhias Magazine Luiza, Vale S.A., Celesc e Lojas Renner, onde, destas, a maior variação ocorreu por parte da companhia Magazine Luiza visto que, nos três períodos que foram registradas a perda por *Impairment*, houve variações significativas e o Ativo Total seria superior em 4,46%, 5,02% e 5,98%, respectivamente no período de 2010 a 2012, caso nenhuma perda por *Impairment* tivesse sido reconhecida.

A companhia Vale S.A. apresentou variação de 4,58% em 2012 (único período de registro da perda), seguida da companhia Celesc, 3,76% (2012) e Lojas Renner com 3,59% (2010), 3,67% (2011) e 3,34% (2012). Acentuam-se, ainda, as variações de cerca de 1% a 1,5%, ocorridas nas empresas Gol, Eletrobrás e MRS Logística. As demais entidades apresentaram variações menores que 1% em todos os períodos.

Tabela 1 - Efeito do *Impairment test* no Ativo Total

	Empresa	2010	2011	2012
		% Variação	% Variação	% Variação
1	PETROBRAS S.A.	0,01%	0,22%	0,09%
2	VALE S.A.	NA	NA	4,58%
3	BRASKEM S.A.	NA	-0,01%	0,00%
4	AMBEV	-0,20%	NA	NA
5	TAM	NA	0,27%	0,28%
6	USIMINAS SIDERURGICA	0,02%	0,03%	0,00%
7	EMBRA TEL	0,03%	0,11%	0,10%
8	GOL	NA	0,47%	1,33%
9	ELETROBRAS	0,09%	0,32%	1,44%
10	COPEL	0,25%	0,10%	0,17%
11	MAGAZINE LUIZA	4,46%	5,02%	5,98%
12	COMGÁS	0,13%	0,48%	0,50%
13	CELESC	NA	NA	3,76%
14	FRIBRIA CELULOSE	0,54%	0,64%	0,17%
15	GERDAU	-0,78%	NA	NA
16	LOJAS RENNEN	3,59%	3,67%	3,34%
17	HYPERMARCAS	NA	0,10%	0,07%
18	CESP	0,56%	NA	NA
19	MRS LOGISTICA	1,36%	NA	NA

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: NA – Não se aplica: Empresa que não reconheceram perda ou reversão no referido período.



No tocante ao Patrimônio Líquido, a Tabela 2 reporta os destaques evidenciados quanto a esse quesito. A companhia Magazine Luiza registrou aumento de 369,62% no ano base 2010, quando a perda por redução ao valor recuperável é retirada. O PL real que era 47.436 milhões passou para 222.769 milhões. Nos períodos seguintes, 2011 e 2012 apresentou variações de 39,44% e 54,96% respectivamente, podendo ser considerado como variações substanciais para a companhia.

As companhias, GOL, Celesc, Lojas Renner e Vale S.A., também exibiram variações apreciáveis e acima da média. O PL da primeira variou em 16,38% em 2012, a segunda teve variação de 10,61% no mesmo ano, a terceira teve variações significativas nos três períodos, sendo, 8,63% em 2010, 9,47% em 2011 e 9,66% em 2012 e a quarta (Vale S.A.) apresentou variação de 7,85% em 2012. Isso significa afirmar que o PL dessas companhias seriam maiores, sendo: Gol em 16,38% (2012); Celesc em 10,61% (2012); Lojas Renner em 8,63%, 9,47% e 9,66% (2010, 2011 e 2012 respectivamente) e Vale S.A. em 7,85% (2012) caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida.

Em outras companhias as variações permaneceram em torno de 1% a 3,5%: Eletrobrás em 3,69% (2012); MRS Logística em 3,09% (2010); GOL em 2,29% (2011); COMGÁS em 1,65% (2011) e 1,32% (2012), TAM em 1,41% (2011) e 1,10% (2012) e Fibria Celulose em 1,24% (2011).

Tabela 2 - Efeito do *Impairment test* no Patrimônio Líquido

Empresa		2010	2011	2012
1	PETROBRAS S.A.	0,02%	0,40%	0,18%
2	VALE S.A.	NA	NA	7,85%
3	BRASKEM S.A.	NA	-0,04%	-0,02%
4	AMBEV	-0,34%	NA	NA
5	TAM	NA	1,41%	1,10%
6	USIMINAS SIDERURGICA	0,04%	0,05%	0,00%
7	EMBRATEL	0,09%	0,31%	0,27%
8	GOL	NA	2,29%	16,38%
9	ELETROBRAS	0,19%	0,68%	3,69%
10	COPEL	0,39%	0,16%	0,28%
11	MAGAZINE LUIZA	369,62%	39,44%	54,96%
12	COMGÁS	0,37%	1,65%	1,32%
13	CELESC	NA	NA	10,61%
14	FRIBRIA CELULOSE	1,06%	1,24%	0,32%
15	GERDAU	-1,67%	NA	NA
16	LOJAS RENNEN	8,63%	9,47%	9,66%
17	HYPERMARCAS	NA	0,19%	0,13%
18	CESP	0,95%	NA	NA
19	MRS LOGISTICA	3,09%	NA	NA

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: NA – Não se aplica: Empresa que não reconheceram perda ou reversão no referido período.



Ressalta-se ainda que a companhia Gerdau, teria seu PL reduzido em 1,66% em 2010, em caso do não reconhecimento da reversão da perda reconhecida. A perda correspondente a essa reversão foi reconhecida no resultado do ano de 2009 e em 2010 foi revertida parcialmente.

As demais companhias tiveram variações inferiores a 1% em todos os três exercícios, 2010, 2011 e 2012.

No que se refere ao lucro ou prejuízo líquido, variações expressivas foram constatadas na maioria das empresas analisadas, e, em praticamente todos os períodos, ocorrendo, além disso, enormes variações como é o caso da companhia Magazine Luiza em que o ajuste retirando a perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, provocou aumento percentual no resultado de 2.099,53% em 2011, devido ao aumento do lucro líquido de R\$11.666 milhões para 256.597 milhões e 5.018,81% em 2012, conforme incremento, emanando de prejuízo de R\$6.745 milhões, para lucro de R\$331.774 milhões.

A Tabela 3 apresenta o efeito ocorrido no lucro líquido das 19 companhias analisadas. Adicionalmente, a companhia TAM em 2012, Magazine Luiza em 2010, Vale S.A. em 2012 e Cesp em 2010, tiveram variações superiores a 100%, isto é, apresentaram respectivamente 347,02%, 254,72%, 132,28% e 106,60%.

Tabela 3 - Efeito do Impairment test no Lucro Líquido

	Empresa	2010	2011	2012
1	PETROBRAS S.A.	0,21%	4,00%	3,02%
2	VALE S.A.	NA	NA	132,28%
3	BRASKEM S.A.	NA	-0,73%	-0,15%
4	AMBEV	-1,10%	NA	NA
5	TAM	NA	7,05%	347,02%
6	USIMINAS SIDERURGICA	0,51%	1,72%	0,07%
7	EMBRA TEL	0,80%	10,73%	2,67%
8	GOL	NA	6,73%	7,93%
9	ELETROBRAS	5,29%	14,00%	35,83%
10	COPEL	4,41%	1,60%	4,82%
11	MAGAZINE LUIZA	254,72%	2099,53%	5018,81%
12	COMGÁS	0,88%	8,71%	8,12%
13	CELESC	NA	NA	78,05%
14	FRIBRIA CELULOSE	30,81%	16,21%	7,05%
15	GERDAU	-13,69%	NA	NA
16	LOJAS RENNER	28,62%	32,48%	35,48%
17	HYPERMARCAS	NA	7,40%	4,06%
18	CESP	106,60%	NA	NA
19	MRS LOGISTICA	14,13%	NA	NA

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: NA – Não se aplica: Empresa que não reconheceram perda ou reversão no referido período.

Conforme já abordado, a maioria das empresas apresentaram efeitos significativos no Lucro Líquido quando as perdas por redução ao valor recuperável são retiradas, inclusive cita-se



a companhia Hypermarchas, em 2011, GOL em 2011 e 2012, em que ocasionou relevante efeito na redução de prejuízos.

A Tabela 4 apresenta o efeito da perda por *Impairment* no Endividamento Geral das 19 empresas analisadas. Caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida, mudanças significativas ocorreriam nas seguintes empresas: Magazine Luiza, Lojas Renner, Selesc, Vale S.A. e MRS Logística. Elas teriam redução nesse indicador, caso não reconhecessem perda por *Impairment*, o que resultaria em menor dependência de recursos de terceiros para financiar ativos.

A dependência de recursos de terceiros da companhia Magazine Luiza seria reduzida em 4,27%, 4,78% e 3,17% nos anos 2010, 2011 e 2012 respectivamente. As Lojas Renner teria uma redução de 3,47%, 3,54% e 2,12% no mesmo período e as companhias Celesc, Vale S.A. e GOL, teriam reduções respectivas nesse indicador em 2,34%, 1,82% e 1,21%, em 2012. As demais empresas apresentaram oscilações inferiores a 1%.

No que tange a margem EBIT, o destaque se deu na companhia Vale S.A. em 2012, onde o ajuste na demonstração do resultado (retirada da perda por *Impairment*) resultou em elevação desse indicador em 13,06 pontos percentuais, isto é, a margem EBIT era 16,04%, passando para 29,10%.

Ressalta-se a relevância alcançada na análise das companhias, Eletrobrás (2012), Magazine Luiza (2010, 2011 e 2012), Celesc (2012), Fibria Celulose (2010 e 2011), Lojas Renner (2010, 2011 e 2012), Cesp (2010), MRS Logística (2010), apresentaram variações relevantes nesse indicador.

Tabela 4 - Efeito do *Impairment test* no Endividamento Geral

	Empresa	2010	2011	2012
1	PETROBRAS S.A.	-0,01%	-0,10%	-0,05%
2	VALE S.A.	NA	NA	-1,82%
3	BRASKEM S.A.	NA	0,01%	0,00%
4	AMBEV	0,08%	NA	NA
5	TAM	NA	-0,22%	-0,21%
6	USIMINAS SIDERURGICA	-0,01%	-0,01%	0,00%
7	EMBRATEL	-0,02%	-0,07%	-0,06%
8	GOL	NA	-0,37%	-1,21%
9	ELETROBRAS	-0,05%	-0,17%	-0,87%
10	COPEL	-0,09%	-0,04%	-0,07%
11	MAGAZINE LUIZA	-4,27%	-4,78%	-3,17%
12	COMGÁS	-0,09%	-0,34%	-0,31%
13	CELESC	NA	NA	-2,34%
14	FRIBRIA CELULOSE	-0,26%	0,00%	0,00%
15	GERDAU	0,00%	NA	NA
16	LOJAS RENNER	-3,47%	-3,54%	-2,12%
17	HYPERMARCAS	NA	-0,05%	-0,03%
18	CESP	-0,55%	NA	NA
19	MRS LOGISTICA	-1,34%	NA	NA

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: NA – Não se aplica; Empresa que não reconheceu perda ou reversão no referido período.



Tabela 5 - Efeito do *Impairment test* na Margem Ebit

	Empresa	2010	2011	2012
1	PETROBRAS S.A.	0,04%	0,54%	0,22%
2	VALE S.A.	NA	NA	13,06%
3	BRASKEM S.A.	NA	-0,01%	0,00%
4	AMBEV	-0,33%	NA	NA
5	TAM	NA	0,41%	0,60%
6	USIMINAS SIDERURGICA	0,06%	0,08%	0,00%
7	EMBRA TEL	0,05%	0,19%	0,15%
8	GOL	NA	0,67%	1,48%
9	ELETROBRAS	0,45%	1,55%	6,28%
10	COPEL	0,65%	0,24%	0,41%
11	MAGAZINE LUIZA	3,65%	3,82%	4,42%
12	COMGÁS	0,13%	0,50%	0,56%
13	CELESC	NA	NA	4,44%
14	FRIBRIA CELULOSE	2,59%	3,07%	0,80%
15	GERDAU	-1,07%	NA	NA
16	LOJAS RENNER	3,20%	3,38%	3,26%
17	HYPERMARCAS	NA	0,38%	0,24%
18	CESP	3,41%	NA	NA
19	MRS LOGISTICA	2,76%	NA	NA

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: NA – Não se aplica: Empresa que não reconheceram perda ou reversão no referido período.

Assim como na margem EBIT, o destaque em relação a Margem Líquida foi à companhia Vale S.A. no ano de 2012, onde ocorreu elevação do indicador em 13,06 pontos percentuais devido ao ajuste na demonstração do resultado (retirada da perda por *Impairment*), ou seja, a margem líquida era 9,87%, passando para 22,93%.

A Tabela 6 apresenta outras empresas nas quais se pode afirmar considerável relevância ocorrida na variação deste indicador. Estas companhias são: Eletrobrás em 2011 e 2012; Magazine Luiza em 2010, 2011 e 2012; Celesc em 2012; Fibria Celulose em 2010 e 2011; Lojas Renner em 2010, 2011 e 2012; Cesp em 2010; MRS Logística em 2010 e GOL em 2012. Ressalta-se a redução em 1,07 pontos percentuais na companhia Gerdau em 2010 devido ao ajuste (redução no resultado) da reversão parcial de perdas reconhecidas no exercício de 2009.



Tabela 6 - Efeito do *Impairment test* na Margem Líquida

	Empresa	2010	2011	2012
1	PETROBRAS S.A.	0,04%	0,54%	0,22%
2	VALE S.A.	NA	NA	13,06%
3	BRASKEM S.A.	NA	-0,01%	0,15%
4	AMBEV	-0,33%	NA	NA
5	TAM	NA	0,41%	0,60%
6	USIMINAS SIDERURGICA	0,06%	0,08%	0,00%
7	EMBRATEL	0,05%	0,19%	0,15%
8	GOL	NA	0,67%	1,48%
9	ELETRORAS	0,45%	1,55%	6,28%
10	COPEL	0,65%	0,24%	0,41%
11	MAGAZINE LUIZA	3,65%	3,82%	4,42%
12	COMGÁS	0,13%	0,50%	0,56%
13	CELESC	NA	NA	4,44%
14	FRIBRIA CELULOSE	2,59%	3,07%	0,80%
15	GERDAU	-1,07%	NA	NA
16	LOJAS RENNER	3,20%	3,38%	3,26%
17	HYPERMARCAS	NA	0,38%	0,24%
18	CESP	3,41%	NA	NA
19	MRS LOGISTICA	2,76%	NA	NA

Fonte: Elaborada pelos autores

Nota: NA – Não se aplica: Empresa que não reconheceram perda ou reversão no referido período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos relatórios financeiros - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado e Notas Explicativas - buscou-se identificar as variações ocorridas nas variáveis, Ativo Total, Patrimônio Líquido e Lucro Líquido e nos indicadores de desempenho, Endividamento Geral, Margem EBIT e Margem Líquida, das 19 companhias que registraram perdas (ou reversão) por redução ao valor recuperável de ativos conforme determina o pronunciamento contábil (CPC 01 (R1)).

Conforme indicaram as análises, a maioria das empresas investigadas tiveram variações expressivas em ao menos uma das variáveis ou dos indicadores de desempenho, sendo que, em algumas companhias essas oscilações relevantes ocorreram em todos os indicadores analisados, por consequência do reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

As maiores variações ocorreram no Lucro Líquido, no qual as variações foram relevantes na maioria das empresas analisadas, sendo seguido pela margem EBIT e margem líquida. Em geral as variações ocorridas entre os indicadores calculados com as demonstrações normais e os indicadores calculados após ajuste que retirou o efeito do *Impairment* das mesmas demonstrações, foram significativas para a maioria das empresas analisadas.

Essa variação, que ocorreu devido ao reconhecimento e reversão das perdas por redução ao valor recuperável de ativos, pode levar os gestores ao gerenciamento de resultado, como evidenciado por Chen, Wang & Zhao (2009) em pesquisas realizadas na China, em que o



reconhecimento e reversão no ano seguinte provocaram alterações significativas no resultado, evitando que a empresa incorresse em prejuízos em dois anos consecutivos.

Assim, o *Impairment* representa um avanço na contabilidade brasileira possibilitando maior qualidade na informação contábil, de forma que os relatórios financeiros possam refletir a posição econômico-financeira verdadeira das empresas, haja vista que os ativos não deverão figurar no Balanço Patrimonial por valores superiores ao recuperável. Porém, devido a subjetividade envolvida no processo, tanto em relação ao valor justo, bem como em relação ao valor em uso, o *Impairment test* pode ser usado para o gerenciamento de resultados.

Sob este prisma, estudos posteriores poderiam verificar se a hipótese de gerenciamento de resultados seria confirmada para amostra adotada ou para outras empresas, no sentido de contrastar as perspectivas de melhoria da qualidade da informação – no que tange ao valor de venda dos ativos – e uma eventual redução na qualidade informacional, em função de práticas oportunistas. Portanto, estas práticas poderiam induzir o processo de tomada de decisão dos usuários.

6. REFERÊNCIAS

ASHBAUGH, H., & PINCUS, M. **Domestic accounting standards, international accounting standards and the predictability of earnings.** *Journal of Accounting Research*, 39, 417-434, 2001.

BARTH, M.E.; LANDSMAN, W.R.; LANG, M.H. **International Accounting Standards and accounting quality.** *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 3, p. 467-498, Jun. 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2004.

BM&FBOVESPA. **Empresas listadas.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 03 jul. 2013.

CHEN, Shimin; WANG, Yuetang & ZHAO, Ziye. **Regulatory Incentives for Earnings Management through Asset Impairment Reversals in China.** *Journal of Accounting, Auditing & Finance* 2009 24: 589

CHEN, H.; TANG, Q.; JIANG, Y.; LIN, Z. **The role of accounting standards: evidence from the European Union.** *Journal of International Financial Management & Accounting*, v. 21, n. 3, p. 1-57, 2010.

CHRISTENSEN, H.B.; LEE, E.; WALKER, M. **Cross-sectional variation in the economic consequences of international accounting harmonization: the case of mandatory IFRS adoption in the UK.** *The International Journal of Accounting*, v. 42, p. 341-379, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.** Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>. Acesso em 03 jul. 2013.

DOMINGUES, João Carlos de Aguiar. **Perda do valor de recuperação em ativos de exploração e produção de petróleo e gás.** Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2009, 149 p.



ELBANNAN, M. A. **Accounting and stock market effects of international accounting standards adoption in an emerging economy.** *Review of Quantitative Finance and Accounting*, Apr. 2010.

IATRIDIS, G. **International Financial Reporting Standards and the quality of financial statement information.** *International Review of Financial Analysis*, In press, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. **Do accounting matters? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption.** *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 27, p. 480-494, 2008.

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. **Gerenciamento de Resultados: Análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS.** EnANPAD. XXXIV encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

LIMA, João Batista Nast de. **A Relevância da Informação Contábil e o Processo de Convergência para as Normas IFRS no Brasil.** Tese de Doutorado. USP. São Paulo/SP, 2010.

LUSTOSA, Paulo Roberto Barbosa; RODRIGUES, Fernanda Fernandes; GONÇALVES, Rodrigo de Souza & VIEIRA, Leonardo. **Intangible Assets Impairment Issues: The Case of a Brazilian Telecommunications Company.** ASAA - Advances in Scientific and Applied Accounting, v.3, n.3, p.290-310, 2010.

MAGALHÃES, Fernando Alberto Schwartz; SANTOS, Roberto Cesar; COSTA, Fábio Moraes da. IAS-36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. In: Ernst & Young e FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras.** São Paulo, 2010. v. 2, p. 44-52.

NIYAMA, Jorge Katsumi; RODRIGUES, Jomar Miranda & ONO, Herverton Masaru. **Disclosure sobre Impairment: uma análise comparativa das companhias abertas em 2008.** Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 67, jan/abril, 2010.

PAANANEN, M.; LIN, H. **The development of accounting quality of IAS and IFRS over time: the case of Germany.** *Journal of International Accounting Research*, v. 8, n. 1, 2009.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; LUCA, Márcia Martins Mendes de; SOUSA, Heloísa Viana de; CAVALCANTE, Danival Sousa. **Práticas de Divulgação do Teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos pelas Companhias Abertas Listadas na BM&FBovespa.** Revista Contabilidade Vista & Revista, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p.113-144, out./dez. 2011.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz; & MACHADO, Nilson Perinazzo. **Test de Impairment para ativos de longa duração: tratamento contábil de acordo com o SFAS n. 144.** ConTexto, Porto Alegre, v.3, n.5, 2º semestre 2003.

SMITH, Kimberly J. **Asset impairment disclosures: will accounting for asset impairment lead to performance impairment?** *Journal of Accountancy*. 178.6 (Dec. 1994).

STICKNEY, C.P. & WEIL, R.L. **Financial accounting: an introduction to concepts, methods, and uses.** 10th ed. Fort Worth: Dryden, 2002.



CONGRESSO UFSC *de*
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



YAMAMOTO, Takashi. **Asset Impairment Accounting and Appraisers: Evidence from Japan.** The Appraisal Journal, Spring 2008.

YOON, S. **Accounting quality and international accounting convergence.** 2007, 107 f., Tese (Doctor of Philosophy) – Faculty of the Graduate College of the Oklahoma State University. 2007.

ZHANG, Ran; LU, Zhengfei & YE, Kangtao. **How do firms react to the prohibition of long-lived asset impairment reversals? Evidence from China.** J. Account. Public Policy 29 (2010) 424–438.

